



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

11/07/2018

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. DECISÕES.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DECISÕES.....	2 - 6
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. SINDJUS.....	7 - 8
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	9
4.2. SERVIDOR PÚBLICO.....	10

MORROS: Ex-presidente da Câmara tem direitos políticos suspensos por atos de improbidade

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) condenou o ex-presidente da Câmara Municipal de Morros, Izaías Lopes Bezerra, a ressarcir danos causados, no valor de R\$ 3.606,90, devidamente corrigidos; determinou a perda da função pública, se estiver exercendo; suspendeu seus direitos políticos por três anos; fixou multa civil, no valor de dez vezes o que recebia; e o proibiu de contratar com o Poder Público por três anos. Os desembargadores entende-

ram que vários atos praticados pelo então chefe do Legislativo caracterizaram malversação de recursos públicos.

A decisão do órgão colegiado do TJMA reformou sentença de primeira instância que havia julgado extinta, sem resolução de mérito, a ação de improbidade administrativa ajuizada contra o ex-presidente da Câmara pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA). A 5ª Câmara Cível concluiu que, além da malversação dos recursos, os atos atentam contra

os princípios constitucionais da administração pública, em especial os da legalidade e eficiência.

Inicialmente, o relator da apelação do MPMA, desembargador José de Ribamar Castro, disse não haver motivos para a extinção da ação, tendo em vista a existência de indícios da prática de atos de improbidade administrativa e mesmo porque há decisão fundamentada recebendo a inicial e declarando a indisponibilidade dos bens do apelado.

Foragido da Justiça é capturado em Araióses

Bandido era procurado no Distrito Federal e nos estados do Maranhão, Piauí e Ceará por aplicar o golpe do depósito falso na aquisição de veículos

O foragido do Poder Judiciário do Maranhão e dos estados do Piauí, Ceará e Distrito Federal, Gilmar Rodrigues Barros, de 46 anos, foi preso ontem no povoado Cafuzas, na cidade de Araióses, durante a operação Sisifo realizada pela Polícia Civil. Com ele foram apreendidos duas motocicletas, um automóvel e vários documentos.

O delegado Raphael Reis, da delegacia local, informou que Gilmar Rodrigues, além de ser foragido de outros estados, é acusado, também, de cometer crime de estelionato no município de Santa Quitéria, contra três pessoas.

O criminoso adquiria veículos de forma ilegal, por meio do golpe do

falso depósito bancário. “Gilmar Rodrigues mostrava para a vítima comprovantes de depósito falso, levava o carro e sumia com ele”, explicou o delegado.

O criminoso foi preso em cumprimento a uma ordem judicial e ainda ontem foi levado para a unidade prisional da cidade de Araióses. O delegado disse que o nome dessa operação foi referente ao filho do rei Éolo, da Tessália, considerado como o mais astuto de todos os imortais. Ele era o mestre da malícia e entrou para a história como um dos maiores ofensores dos deuses.

Também foi preso pela Polícia Civil o funcionário da Câmara Muni-

cipal de Araióses, Antônio Pereira de Araújo Neto, de 41 anos pelos crimes de lesão corporal em situação de violência doméstica e posse de droga. O delegado informou que o detido agrediu fisicamente a sua companheira, nome não revelado, e foi preso no povoado Placas, zona rural dessa cidade.

Com o acusado, a polícia encontrou dois pinos de cocaína, enquanto, a vítima foi levada para o Hospital Dirceu Arcoverde, localizado no município piauiense de Parnaíba.

Mais prisão

Também, ontem, o criminoso Aurélio Viana Campos foi preso no muni-



Gilmar Rodrigues Barros, que foi preso pela polícia maranhense

cípio de Peritoró. A polícia informou que esse criminoso foi condenado a 8 anos de prisão pela Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça por estupro de vulnerável. Ele havia sido detido no dia 5 de outubro de 2016 por suspeita de cometer esse mesmo tipo de crime. ●

R\$ 440 MILHÕES DO FEPA

Nota do Iprev diverge de versão do governo Dino

Nota do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão pode ser indício de que o Governo do Estado deu outra justificativa para a Justiça liberar o recurso. **POLÍTICA 3**

Instituto diverge da versão do governo para saque de R\$ 440 milhões

Justificativa do Iprev levanta suspeita de que Flávio Dino tenha faltado com a verdade para convencer a Justiça maranhense a liberar a tomada dos recursos

Fotos/Divulgação

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

Uma nota emitida nesta semana pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão (Iprev) pode ser um indício de que o Governo do Estado faltou com a verdade ao recorrer à Justiça para conseguir sacar R\$ 440 milhões do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (Fepa) que estavam aplicados em fundos de investimento do Banco do Brasil.

O resgate foi feito na semana passada, após decisão do desembargador Paulo Velten, do Tribunal de Justiça do Maranhão, reiterando argumentos do também desembargador Raimundo Barros - que já havia concedido medida igual no plantão, há dez dias.

Segundo o comunicado do Iprev, "o resgate dos valores aplicados em fundo aberto com carência é parte das ações de fortalecimento da previdência dos servidores, que prevê a

Dino disse ao TJ que o saque seria para pagamentos

Iprev diz que saque seria para aplicação

aplicação dos recursos em fundos de maior liquidez".

A justificativa apresentada nessa nota, no entanto, diverge daquela levada ao Judiciário, na ação em que o Estado pedia autorização para sacar os valores.

No pedido à Justiça, segundo relato dos dois desembargadores do TJMA, o saque era necessário não



Flávio Dino usou justificativa diferente da apresentada pelo Iprev para garantir liberação de R\$ 440 milhões

para aplicação em outro fundo, mas para pagamento de benefícios de aposentados. Foi com essa argumentação que o Estado sustentou a urgência da medida.

"Nas suas razões recursais, os agravantes aduzem que o presente recurso deve ser recebido em plantão judiciário, devido a urgência para o resgate das cotas dos fundos de investimento do Fepa/Iprev e subsequente imediata dos recursos de titularidade da autarquia estadual agravante para honrar verba alimentar de seus próprios segurados", destacou Barros em seu despacho, o que foi reforçado por Velten dias depois.

"O perigo de dano resulta do fato inescapável de que os Agravantes precisam honrar o pagamento da folha dos aposentados e pensionistas do mês de junho de 2018, não sendo plausível que, tendo reservas aplicadas em fundo de investimento de natureza aberta, não possam dispor do numerário correspondente", destacou.

Ação pede devolução de R\$ 29 milhões ao Fepa

Uma ação popular protocolada ontem na Justiça Federal do Maranhão pede que o Governo do Estado realoque no orçamento do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (Fepa) R\$ 29 milhões que foram retirados dessa rubrica no ano passado por decreto assinado pelo governador Flávio Dino (PCdoB).

O valor foi repassado na ocasião à Secretaria de Estado da Infraestrutura (Sinfra), como parte de um aporte de R\$ 50 milhões destinados ao programa estadual de asfaltamentos de rodovias e vias urbanas nos municípios.

Na ação, o advogado Pedro Leonel Pinto de Carvalho sustenta que orçamento de regimes próprios de previdência social não pode ser remanejado dessa forma.

"O próprio Ministério da Previdência Social estabelece de forma clara que o orçamento de regimes próprios de previdência social não pode ser remanejado para custear outras despesas. Ou seja, deve ser aplicado exclusivamente ao pagamento dos benefícios previdenciários", alega Pedro Leonel.

Para ele, o governador incorreu em desvio de finalidade e abuso de poder. "Percebe-se, portanto, que a retirada de R\$ 29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais) do Fepa para utilização pela Secretaria de Infraestrutura viola as diretrizes previdenciárias estabelecidas no artigo 1º da Lei nº 9.717/98, e configura-se, também, em desvio de finalidade (e abuso de poder)", completa o texto da ação. ●

Divulgação



Zé Vieira foi declarado inelegível e teve sua eleição anulada em Bacabal

Bacabal terá nova eleição em outubro

População terá que escolher novo prefeito em 28 de outubro, mesmo dia do segundo turno para governador

A eleição para escolha dos novos prefeito e vice de Bacabal está autorizada pelo Tribunal Superior Eleitoral para o dia 28 de outubro, conforme sugeriu o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão em ofício encaminhado no dia 5 de julho.

A decisão foi informada ao TRE-MA na tarde de ontem (10). "Ela ga-

Zé Vieira foi declarado inelegível pelo TSE

rante economia de custos por aproveitar toda a logística utilizada no 1º turno das eleições 2018", explicou o presidente, desembargador Ricardo Duailibe.

Uma nova eleição para os cargos ocorrerá devido à manutenção, pelo TSE, do reconhecimento da inelegibilidade de José Vieira Lins, eleito em 2016 prefeito de Bacabal.

Vieira obteve 20.671 votos em 2016 - contra 18.330 do deputado estadual Roberto Costa (MDB) -, mas teve o registro de candidatura indeferido pela juíza Daniela de Jesus Bonfim Ferreira, então titular da 13ª Zona Eleitoral.

O líder político está com os direitos políticos suspensos porque foi condenado por improbidade administrativa e enriquecimento ilícito. A condenação, pelo Tribunal de Justiça do Maranhão antes da eleição de 2016, foi confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2017. ●

Entidades repudiam suspeição de juiz

Douglas Martins foi declarado suspeito pelo TJ a pedido da WPR, que constrói porto no Cajueiro

Mais de 70 entidades que atuam na defesa dos Direitos Humanos, entidades de classe, além de partidos políticos, comissão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA) e institutos de pesquisas e sindicatos, manifestaram repúdio à suspeição do juiz Douglas Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, em decisão do Tribunal de Justiça.

O manifesto será protocolado na presidência e na Corregedoria do TJ. A suspeição do magistrado ocorreu a pedido da WPR São Luís Gestão de Portos - braço do grupo Wtorre -, que atua na construção de um porto na área da comunidade Cajueiro, na capital.

Douglas Martins já havia concedido decisões contrárias à WPR e favoráveis à comunidade, que alega impacto negativo às mais de 350 famílias que residem na área.

De acordo com as entidades, a suspeição de Martins, a pedido da empresa, foi justificada pelo fato de o magistrado ter atuado no mesmo período de um defensor público – que atua na causa - no Conselho de Defesa dos Direitos Humanos. A WPR apontou amizade íntima entre ambos, sem, contudo, segundo as entidades, apresentar qualquer prova.

“Não há precedente de algum juiz ou desembargador ter sido declarado suspeito por ter participado de órgão ou entidade com alguma parte ou ter participado de algum evento com entidades”, destaca trecho do documento.

ILEGALIDADE

MP acionou governo

Em abril de 2017, pouco depois de a empresa China Communications Construction Company (CCCC) ter assinado acordo de investimento para construção de um Terminal de Uso Privado (TUP), em São Luís, com a WPR, braço do Grupo Wtorre, o Ministério Público Federal (MPF) ingressou com Ação Civil Pública contra o Governo por emissão inválida de licença ambiental para o empreendimento

A nota de repúdio ainda cita o fato de magistrados participarem, com frequência, de eventos empresariais, sem serem submetidos a qualquer ato de suspeição.

“Ao contrário: uma rápida pesquisa na internet mostra que desembargadores e juízes participam de dezenas de eventos organizados por entidades empresariais, como Fiema, Associação Comercial, Sinduscon e outras. Nenhum jamais foi declarado suspeito por tal motivo”, completa a nota. ●

DIVULGAÇÃO



Tem chocolate na feirinha

*Nonato
Chocolate
assume a
Semapa*
POLÍTICA

MUDANÇA.....

Nonato Chocolate assume a Semapa

Mais um passo para a confirmação do PT como um dos partidos que formam a aliança em torno da pré-candidatura do governador Flávio Dino deve ser dado nesta semana. Trata-se do anúncio do nome de Nonato Chocolate (PT) como novo secretário de Agricultura, Pesca e Abastecimento (Semapa) de São Luís.

O petista foi o nome indicado pelo partido para substi-

tuir o vereador Ivaldo Rodrigues (PDT), que deve rumar para a Secretaria de Assuntos Políticos da Prefeitura de São Luís. A posse, inclusive, estaria marcada para amanhã (12).

Chocolate era um dos nomes do PT que pleiteavam uma chance de concorrer ao Senado ao lado de Márcio Jardim (PT). Com a confirmação de sua mudança para a administração municipal, o partido deve perder

uma das vozes mais fortes na briga por uma vaga na chapa majoritária.

A cartada do grupo de Dino ocorre justamente quando a relação entre PT e PCdoB parecia mais instável. Na última semana, o presidente licenciado do Sindjus, Aníbal Lins, chegou a se autoproclamar pré-candidato ao Governo do Estado pelo PT.

Além dos problemas estaduais, o PT nacional estaria insatis-

feito com a postura comunista de manter a candidatura própria de Manuela D'Ávila (PCdoB) à Presidência da República indo de frente com a pré-candidatura de Lula. As convenções do PT estão marcadas para o próximo dia 27 de julho. Até lá, as especulações acerca da posição do partido seguirão pipocando, mas a coisa está mais perto de ser sacramentada para o lado do PCdoB.

TJMA realiza sessão plenária jurisdicional nesta quarta-feira com 17 processos

Dezessete processos – sendo sete eletrônicos – estão na pauta de julgamento da sessão plenária jurisdicional do Tribunal de Justiça do Maranhão, que acontece nesta quarta-feira (11), a partir das 9h.

A pauta da sessão jurisdicional inclui ação direta de inconstitucionalidade, procedimento investigatório, embargos de declaração, mandado de segurança, entre outros. Órgão máximo dentro da estruturação hierárquica do Poder Judiciário estadual e composto pelos 30 desembargadores, o Pleno do TJMA tem competências jurisdicional e administrativa.

TRANSMISSÃO AO VIVO

As sessões plenárias são

transmitidas ao vivo pela Rádio Web Justiça do Maranhão, que também pode ser acessada na página principal do Portal do Judiciário (www.tjma.jus.br). Para usuários de aparelhos com sistema iOS, o aplicativo da Rádio Web Justiça do Maranhão está disponível, gratuitamente, na Apple Store.

A emissora pode ser conectada, também, pelo aplicativo móvel TuneIn, fazendo uma busca pelos nomes Rádio TJMA ou TJMA. Quem tem sistema de mídia ou equipamento de som, com conexão por bluetooth ou USB, pode acessar a emissora no aparelho, em casa ou no carro, a partir de um celular conectado a uma rede wi-fi ou de dados móveis.

'Ação de Qualidade de Vida' atende servidores da Baixada

A 'Ação de Qualidade de Vida do Judiciário Maranhense 2018', desenvolvida pelo Poder Judiciário, foi ampliada em vários municípios da Baixada – Pinheiro, Santa Helena, São Bento, Bequimão, Cururupu, Cedral, Bacuri e Mirinzal – com cerca de mil procedimentos em diversas especialidades.

O desembargador Jorge Rachid, presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TJMA, participou da solenidade de abertura da ação na Baixada Maranhense, que é uma das metas do Plano de Logística.

"É importante o engajamento dos magistrados e servidores na política de sustentabilidade do Judiciário maranhense. A qualidade de vida está associada às boas práticas sustentáveis, incluindo o atendimento médico no próprio ambiente de trabalho e outras medidas que viabilizem esse bem-estar, com a preocupação em usar os materiais de forma racional sem acúmulo e desperdício, além do descarte dos resíduos de forma ambientalmente adequada", pontuou o desembargador.

O trabalho está sendo coordenado pelo Núcleo Socioambiental e pela Diretoria de Recursos Humanos do TJMA, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do corpo funcional do Poder Judiciário, por meio de ações preventivas.